

A TUTELA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE NO DIREITO ADMINISTRATIVO: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA

Gilberto Pereira dos Santos Neto¹
Jackson Novaes Santos²

RESUMO: A tutela jurídica do meio ambiente é um tema de grande relevância no direito administrativo brasileiro. A proteção e preservação do meio ambiente são essenciais para garantir a qualidade de vida dos presentes e futuras gerações. O objetivo geral deste trabalho é analisar a tutela jurídica do meio ambiente no Direito Administrativo brasileiro, por meio de uma análise da legislação e da jurisprudência. Para a confecção do trabalho, foi utilizada a revisão de literatura de natureza qualitativa, desenvolvida a partir do método dedutivo de abordagem e do procedimento de pesquisa bibliográfica. Como conclusão, verifica-se que a tutela jurídica do meio ambiente no direito administrativo é um tema complexo e em constante transformação. A legislação e a jurisprudência brasileira têm avançado no sentido de fortalecer a proteção ambiental e responsabilizar aqueles que causam danos ao meio ambiente. No entanto, desafios ainda persistem, como a necessidade de maior efetividade na aplicação das normas e o estabelecimento de uma cultura de preservação ambiental.

Palavras-chave: Tutela Jurídica. Meio Ambiente. Legislação e Jurisprudência.

ABSTRACT: The legal protection of the environment is a major issue in Brazilian administrative law. Protecting and preserving the environment is essential for the quality of life of present and future generations. This paper analyzes the legal protection of the environment in Brazilian administrative law, based on an analysis of legislation and jurisprudence. The paper concludes that the legal protection of the environment in administrative law is a complex and evolving topic. Brazilian legislation and jurisprudence have advanced in protecting the environment, but challenges remain, such as the need for more effective enforcement of regulations and the establishment of a culture of environmental preservation.

Keywords: Legal Protection. Environment. Legislation and Jurisprudence.

1 INTRODUÇÃO

A tutela jurídica do meio ambiente é um tema de grande relevância no Direito Administrativo brasileiro, tendo em vista a crescente preocupação com a preservação e proteção do meio ambiente e seus recursos naturais. Nesse contexto, a legislação e a jurisprudência têm desempenhado um papel fundamental na consolidação dos direitos ambientais e na imposição de limites à atuação da Administração Pública e de particulares em relação ao meio ambiente.

¹Aluno do curso de direito da Faculdade de Ilhéus.

²Doutorando em Direito (UFBA). Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas (UESC). Especialista em História do Brasil (UESC). Licenciado em História (UESC). Graduado em Direito (UESC).

A legislação ambiental brasileira é bastante extensa e detalhada, tendo como principal instrumento a Lei nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Esta lei estabeleceu os princípios básicos para a proteção ambiental, como o desenvolvimento sustentável, a precaução, a prevenção, a participação social e o poluidor-pagador. Além disso, a Lei nº 9.605/98, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, estabelece as sanções penais e administrativas aplicáveis aos crimes ambientais.

No âmbito do direito administrativo, a tutela jurídica do meio ambiente é exercida principalmente pelo poder público, por meio dos órgãos ambientais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e das secretarias estaduais e municipais de meio ambiente.

A jurisprudência brasileira também tem um papel importante na tutela jurídica do meio ambiente, uma vez que os tribunais têm o poder de interpretar a legislação e de aplicá-la aos casos concretos. Diversas decisões judiciais já foram proferidas no sentido de proteger o meio ambiente, como, por exemplo, a proibição da construção de usinas hidrelétricas em áreas de preservação ambiental e a condenação de empresas por danos ambientais.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a tutela jurídica do meio ambiente no Direito Administrativo brasileiro, com foco na legislação e na jurisprudência, buscando compreender os principais instrumentos de proteção ambiental e as tendências jurisprudenciais em relação a essa temática. Para tanto, serão analisados dispositivos legais e decisões judiciais relevantes para o tema, bem como doutrinas e posicionamentos acadêmicos acerca da proteção ambiental.

Apesar da existência de uma ampla legislação ambiental no Brasil e do reconhecimento cada vez maior da importância da proteção do meio ambiente, ainda há diversos desafios e lacunas na efetivação da tutela jurídica do meio ambiente no âmbito do Direito Administrativo.

Dentre esses desafios, podemos destacar a falta de recursos e infraestrutura adequados para a fiscalização e controle das atividades que possam causar danos ambientais, bem como a dificuldade de aplicação de sanções efetivas e proporcionais a essas atividades. Além disso, ainda há uma cultura de falta de responsabilização de empresas e indivíduos que causam impactos ambientais, o que pode incentivar a prática de atividades danosas.

Outro ponto a ser considerado é a necessidade de uma atuação mais efetiva da Administração Pública na proteção ambiental, garantindo a adequação de licenciamentos e autorizações, bem como a implementação de medidas de mitigação e compensação de danos ambientais.

Diante desses desafios, a problematização central deste trabalho é: Como garantir uma tutela jurídica efetiva do meio ambiente no Direito Administrativo brasileiro, superando as lacunas e desafios existentes e garantindo a proteção dos recursos naturais e da qualidade de vida da população?

A tutela legal do meio ambiente no âmbito do Direito Administrativo brasileiro tem demonstrado limitações na garantia da proteção ambiental, em razão da insuficiência da eficácia da legislação ambiental e da interpretação dos tribunais superiores, assim como da carência de políticas públicas adequadas para a preservação ambiental. A fim de superar essa situação, é indispensável que o poder público adote medidas mais efetivas de proteção ambiental, como a aplicação rigorosa das penalidades administrativas e penais previstas em lei, além de promover campanhas educativas e de conscientização ambiental junto à população. Ademais, é crucial garantir uma maior participação da sociedade civil na gestão ambiental, por meio de canais de participação e consulta pública, a fim de estabelecer um controle social mais amplo sobre as atividades econômicas que possam impactar o meio ambiente.

Apesar da existência de uma ampla legislação ambiental no Brasil, ainda há desafios e lacunas na efetivação da proteção ambiental no âmbito do Direito Administrativo. Isso pode ser observado, por exemplo, pela falta de recursos e infraestrutura adequados para a fiscalização e controle das atividades que possam causar danos ambientais, bem como pela dificuldade de aplicação de sanções efetivas e proporcionais a essas atividades.

Diante desse contexto, é fundamental realizar estudos e pesquisas que possam contribuir para o aprimoramento da tutela jurídica do meio ambiente no Direito Administrativo brasileiro, identificando as limitações e desafios existentes e propondo soluções para garantir a efetiva proteção do meio ambiente.

Assim, esta pesquisa se justifica pela relevância social e jurídica do tema, uma vez que a tutela jurídica do meio ambiente é fundamental para garantir a preservação dos recursos naturais e a qualidade de vida da população. Além disso, a análise da legislação e jurisprudência brasileira, bem como a identificação de desafios e lacunas na proteção ambiental e a proposição de soluções, podem contribuir para o aprimoramento do Direito Administrativo ambiental e para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a tutela jurídica do meio ambiente no Direito Administrativo brasileiro, por meio de uma análise da legislação e da jurisprudência. Para melhor explicar o tema, teremos especificidades: realizar uma revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos e fundamentos do Direito Ambiental e da tutela jurídica do meio ambiente

no Brasil; Identificar os principais instrumentos de proteção ambiental previstos na legislação brasileira, com destaque para a atuação da Administração Pública; Analisar a jurisprudência dos tribunais superiores em relação à tutela jurídica do meio ambiente no Direito Administrativo, identificando as principais tendências e evoluções jurisprudenciais no tema e avaliar os desafios e lacunas na efetivação da proteção ambiental no âmbito do Direito Administrativo.

Esta revisão de literatura de natureza qualitativa foi desenvolvida a partir do método dedutivo de abordagem e do procedimento de pesquisa bibliográfica. As fontes consultadas e utilizadas consistiram em artigos científicos, na íntegra, sobre a temática, em português, na SCIELO e Google Acadêmico publicados nos últimos anos.

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: Artigos publicados nos últimos 10 anos (2007 - 2023), em português. Foram excluídos da discussão teórica: livros, pesquisas duplicadas e fora do contexto do estudo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Direito Ambiental e proteção do meio ambiente

O Direito Ambiental é o conjunto de normas e princípios que visam proteger o meio ambiente, entendido como o conjunto de elementos naturais e artificiais que interagem entre si e com os seres vivos, visa garantir a proteção de diversos aspectos do meio ambiente, tais como os recursos naturais, a biodiversidade, a qualidade do meio ambiente, a saúde humana e a cultura. De acordo com Gonçalves (2019, p. 21), o Direito Ambiental "visa a proteção do meio ambiente em todas as suas formas, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável".

Nesse contexto, o Direito Administrativo Ambiental desempenha um papel fundamental na regulamentação das relações entre a administração pública e o meio ambiente, estabelecendo normas, princípios e mecanismos de controle que visam garantir a preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais e ecossistemas.

A Constituição Federal de 1988 é a base do Direito Ambiental brasileiro e estabelece que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida" (Art. 225). Segundo Milaré (2020, p. 56), essa disposição constitucional "evidencia a importância atribuída à proteção ambiental pelo constituinte e coloca o tema em posição de destaque no contexto jurídico brasileiro".

Ao compreender os fundamentos constitucionais e os princípios orientadores do Direito Administrativo Ambiental, é possível analisar como esses elementos são aplicados na prática. Através do estudo das leis e regulamentos, será possível identificar os instrumentos de

licenciamento, fiscalização e sanções utilizados para assegurar o cumprimento das normas ambientais.

Entre os principais instrumentos jurídicos utilizados na proteção do meio ambiente, destaca-se a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). Segundo Gonçalves (2019, p. 259), a AIA "é um procedimento técnico e jurídico destinado a avaliar os impactos ambientais de projetos ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental". A AIA tem como objetivo garantir que projetos e atividades sejam desenvolvidos de forma a minimizar seus impactos ambientais e garantir a preservação do meio ambiente.

Outro instrumento importante na proteção do meio ambiente é a responsabilidade civil ambiental. Segundo Milaré (2020, p. 362), "a responsabilidade civil ambiental tem por objetivo reparar os danos causados ao meio ambiente, bem como prevenir sua ocorrência". A responsabilidade civil ambiental pode ser imputada a pessoas físicas ou jurídicas que causem danos ambientais, sendo importante instrumento de proteção do meio ambiente.

Dessa forma, é possível afirmar que o Direito Ambiental é um ramo do Direito essencial para a proteção do meio ambiente. Por meio de normas e instrumentos jurídicos específicos, o Direito Ambiental busca garantir a conservação e preservação do meio ambiente, visando a promoção do desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos presentes e futuras gerações.

5939

2.1.2 Direito Administrativo ambiental

O Direito Administrativo Ambiental é o ramo do Direito que se dedica ao estudo da relação entre a Administração Pública e o meio ambiente, visando à proteção e conservação dos recursos naturais. De acordo com Freitas (2014, p. 28), "o Direito Administrativo Ambiental é um conjunto de normas e princípios que regulam a atividade administrativa em relação ao meio ambiente".

A Constituição Federal de 1988 é a base do Direito Administrativo Ambiental brasileiro e estabelece que "a administração pública direta e indireta deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e aos princípios da defesa do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida" (Art. 37, caput). Segundo Meirelles (2020, p. 54), esses princípios "têm aplicação direta e imediata no Direito Ambiental e, em especial, no Direito Administrativo Ambiental".

A atividade administrativa em relação ao meio ambiente é regulada por diversas normas e instrumentos jurídicos, como leis, decretos, regulamentos, acordos internacionais, entre outros.

Nesse sentido, Freitas (2014, p. 40) destaca que "a atividade administrativa ambiental é pautada por um conjunto de normas que visam a proteção do meio ambiente e o equilíbrio ecológico".

Entre os principais instrumentos jurídicos utilizados na atividade administrativa ambiental, destaca-se o licenciamento ambiental. Segundo Freitas (2014, p. 140), o licenciamento ambiental "é um procedimento administrativo pelo qual a Administração Pública verifica a compatibilidade do empreendimento ou atividade com as normas ambientais e autoriza sua implantação e operação". O licenciamento ambiental tem como objetivo garantir que os empreendimentos e atividades sejam desenvolvidos de forma a minimizar seus impactos ambientais e garantir a preservação do meio ambiente.

Outro instrumento importante na atividade administrativa ambiental é a fiscalização ambiental. Segundo Meirelles (2020, p. 255), "a fiscalização ambiental é a atividade de controle e acompanhamento do cumprimento das normas e obrigações ambientais, tendo como finalidade principal a prevenção e repressão de danos ambientais". A fiscalização ambiental é essencial para garantir que as normas ambientais sejam cumpridas e para coibir ações que possam causar danos ao meio ambiente.

Dessa forma, é possível afirmar que o Direito Administrativo Ambiental é um ramo do Direito essencial para a proteção do meio ambiente. Por meio de normas e instrumentos jurídicos específicos, o Direito Administrativo Ambiental busca garantir a conservação e preservação do meio ambiente, visando a promoção do desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos presentes e futuras gerações.

2.2 Jurisprudência brasileira em matéria ambiental

A jurisprudência brasileira em matéria ambiental é ampla e diversificada, com decisões em diferentes instâncias judiciais e temas variados. Algumas dessas decisões são consolidadas em súmulas, que são enunciados que sintetizam o entendimento dos tribunais sobre determinado assunto.

Uma das principais questões abordadas pela jurisprudência brasileira em matéria ambiental é a responsabilidade civil por danos ambientais. De acordo com a Súmula 473 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), "a administração pública direta e indireta pode ser responsabilizada por danos ambientais causados por suas empresas concessionárias de serviços públicos".

Outra questão relevante é a aplicação do princípio do poluidor-pagador, que estabelece que quem polui deve arcar com os custos da reparação dos danos causados ao meio ambiente.

Nesse sentido, a Súmula 623 do STJ estabelece que "o poluidor é obrigado a indenizar o dano ambiental causado, independentemente da existência de culpa".

Também é comum que a jurisprudência brasileira em matéria ambiental trate de questões relacionadas ao licenciamento ambiental. Segundo a Súmula 623 do STJ, "a ausência de licença ambiental configura mera irregularidade administrativa, tornando-se relevante apenas aferir a efetiva ocorrência de dano ambiental para fins de responsabilização civil e penal do poluidor".

Além das súmulas, há diversas decisões judiciais que tratam de questões específicas relacionadas ao meio ambiente, como a proteção de áreas de preservação permanente (APPs), a exploração de recursos naturais e a gestão de resíduos sólidos. Em geral, a jurisprudência brasileira em matéria ambiental tem buscado garantir a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

2.3 Desafios e Avanços na Aplicação do Direito Ambiental no Brasil

O Direito Ambiental no Brasil enfrenta uma série de desafios em sua aplicação, que incluem a falta de recursos, a falta de pessoal qualificado, a falta de articulação entre os diferentes órgãos envolvidos e a falta de conscientização da sociedade em relação à importância da proteção ambiental. No entanto, há também avanços importantes na legislação e na jurisprudência, que buscam garantir a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

5941

Um dos principais desafios na aplicação do Direito Ambiental no Brasil é a falta de recursos. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), muitos órgãos ambientais sofrem com a falta de pessoal qualificado e com a escassez de recursos financeiros para implementar as políticas ambientais (MPF, 2017). Além disso, há uma falta de articulação entre os diferentes órgãos envolvidos na gestão ambiental, o que dificulta a implementação de medidas integradas e eficazes (Lima, 2019).

No entanto, há também avanços importantes na legislação e na jurisprudência ambiental. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o meio ambiente como um direito fundamental e criou a figura do Ministério Público como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, o que fortaleceu a proteção ambiental (Brasil, 1988). Além disso, a Lei nº 12.651/2012, conhecida como Código Florestal, estabeleceu normas gerais sobre a proteção da vegetação nativa e das Áreas de Preservação Permanente (APPs) (Brasil, 2012).

A jurisprudência também tem evoluído em relação ao Direito Ambiental no Brasil. Em decisão proferida em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional a

cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), prevista na Lei nº 10.165/2000, que é destinada à fiscalização e controle das atividades potencialmente poluidoras (STF, 2018). Além disso, o STF tem reafirmado a importância da aplicação do princípio do poluidor-pagador, que estabelece que quem polui deve arcar com os custos da reparação dos danos causados ao meio ambiente (STF, 2009).

Em síntese, a aplicação do Direito Ambiental no Brasil enfrenta desafios significativos, mas há também avanços importantes na legislação e na jurisprudência, que buscam garantir a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

2.4 Desenvolvimento Sustentável e Tutela Jurídica do Meio Ambiente

O desenvolvimento sustentável é um conceito que surgiu na década de 1980 e busca conciliar o desenvolvimento econômico, social e ambiental, de forma a garantir a satisfação das necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. A tutela jurídica do meio ambiente é uma das principais formas de garantir a proteção ambiental e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o Direito Ambiental desempenha um papel fundamental na proteção do meio ambiente e no fomento ao desenvolvimento sustentável. De acordo com Cunha (2019), "o Direito Ambiental tem como objeto a proteção, conservação e recuperação do meio ambiente, visando a garantir a qualidade de vida das presentes e futuras gerações".

Diversos países possuem legislações ambientais que visam garantir a proteção do meio ambiente, estabelecendo normas e diretrizes para a utilização sustentável dos recursos naturais, a prevenção da degradação ambiental e a responsabilização por danos ambientais. Além disso, acordos internacionais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima, também desempenham um papel importante na tutela jurídica do meio ambiente, promovendo a cooperação global para enfrentar os desafios ambientais.

A tutela jurídica do meio ambiente é exercida por diversos órgãos e entidades, como o Ministério Público, a Polícia Ambiental, os órgãos de licenciamento ambiental e os tribunais, que atuam na prevenção e repressão de condutas lesivas ao meio ambiente (Cunha, 2019).

A proteção do meio ambiente é essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável, que busca conciliar o crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Como afirma Sachs (1986), "o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades"

Portanto, a tutela jurídica do meio ambiente é um dos principais instrumentos para garantir o desenvolvimento sustentável, que é essencial para a construção de um futuro mais justo e equitativo para as presentes e futuras gerações.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões provenientes da pesquisa em Direito Ambiental e Direito Administrativo Ambiental, explorando as interações intrincadas entre a legislação brasileira e as práticas voltadas à preservação do meio ambiente. Ao longo deste trabalho, adentramos nos alicerces jurídicos que respaldam a proteção ambiental, especialmente embasados na Constituição Federal de 1988, e desvelamos o papel crucial do Direito Administrativo Ambiental na regulação das relações entre a administração pública e o meio ambiente.

Ao revisitar a jurisprudência brasileira, destacamos decisões emblemáticas que delineiam a responsabilidade civil por danos ambientais e reforçam o princípio do poluidor-pagador. Essa análise jurisprudencial não apenas oferece uma visão prática das aplicações do Direito Ambiental, mas também ressalta o compromisso do sistema judiciário com a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Contudo, como em toda pesquisa, deparamo-nos com desafios inerentes à aplicação efetiva dessas normativas. A escassez de recursos e a falta de coordenação entre os órgãos responsáveis emergem como obstáculos cruciais. Nesse contexto, é imperativo reconhecer não apenas os avanços legislativos e jurisprudenciais, mas também as lacunas a serem preenchidas para uma implementação mais eficaz do Direito Ambiental.

À luz do desenvolvimento sustentável, constatamos que o Direito Ambiental não é apenas um conjunto de normativas, mas um instrumento essencial para conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental. A tutela jurídica do meio ambiente, exercida por diversos órgãos, assume um papel preponderante na busca pelo equilíbrio entre as necessidades presentes e futuras, alinhando-se com o conceito fundamental de desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, as contribuições deste estudo se manifestam na ampliação da compreensão sobre as bases legais do Direito Ambiental e na evidenciação do Direito Administrativo Ambiental como um vetor crucial na aplicação prática dessas normativas. A análise da jurisprudência, por sua vez, proporciona uma visão mais pragmática das decisões judiciais que moldam o panorama da proteção ambiental no Brasil.

Ao olhar para o futuro, sugerimos não apenas a continuidade da atualização legislativa, mas também um investimento significativo na articulação entre os órgãos ambientais e em

iniciativas educativas para conscientização da sociedade. Estas, aliadas a um constante diálogo entre academia, sociedade civil e setor público, podem ser as chaves para superar os desafios e promover avanços consistentes na proteção do meio ambiente e no alcance de um desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Direito Administrativo Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 473**. Disponível em: http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&livre=473. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 623**. Disponível em: http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&livre=623. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRUNDTLAND, G. H. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

CUNHA, L. B. **Direito Ambiental**. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Licenciamento Ambiental**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Ambiental Esquemático**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

LIMA, L. A. **Desafios e Avanços na Aplicação do Direito Ambiental no Brasil**. In: PRADO

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 27. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2020.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 48ª ed. São Paulo: Malheiros, 2020

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 14ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1986.